



“Assume teus b.o.”, de Salinê Saunders, aquarela e acrílica sobre papel A3

Resistência, interseccionalidade e fontes documentais jornalísticas: preenchendo lacunas no futebol de mulheres*

Enny Vieira Moraes**

Mariane Pisani***

Claudia Samuel Kessler****

Resumo

A partir da análise de fontes documentais jornalísticas, abordamos diversos marcadores sociais da diferença, que impactaram na (in)visibilidade das mulheres no futebol brasileiro, tais como raça/etnia, classe social e gênero. Objetiva-se neste artigo discutir as estruturas sociais que levaram ao ocultamento de grupos minoritários e a um distanciamento no estudo de temáticas consideradas incomuns no campo acadêmico. Entendemos que a pesquisa histórica, com uso de fontes documentais e memória, auxiliam na construção de uma história plural acerca do futebol (de mulheres) no Brasil.

Palavras-chave: Historiografia, Memória, Gênero, Futebol Feminino, Resistência.

* Recebido em 26 de agosto de 2022, aceito em 09 de janeiro de 2024. As autoras agradecem ao CNPq e ao Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Estudos do Futebol Brasileiro (nº 406632/2022-7) pelo apoio financeiro para a tradução deste artigo. Gostaríamos também de agradecer ao tradutor Jeffrey Hoff.

** Professora na Universidade Estadual da Bahia (UNEB), Alagoinhas, BA, Brasil. e.vieira.moraes@gmail.com / <https://orcid.org/0000-0002-2771-2003>

*** Professora na Universidade Federal do Piauí (UFPI), Teresina, PI, Brasil; vice-coordenadora do INCT Estudos do Futebol Brasileiro. marianepisani@gmail.com / <https://orcid.org/0000-0001-6925-4912>

**** Professora da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, RS, Brasil. jornalista24h@gmail.com / <https://orcid.org/0000-0002-1292-6914>

Introdução

Resistência. Talvez essa seja a palavra mais apropriada para iniciar um texto que se propõe a refletir sobre o futebol de mulheres (internacional ou brasileiro). Resistências e microrresistências (Certeau, 1998) fazem parte de estratégias de subversão de controles impostos por dispositivos de poder, no exercício de práticas cotidianas consideradas socialmente inadequadas à tradição e aos costumes de uma época. Resistência em aguardar o tempo mais adequado para poder contar histórias silenciadas por determinadas formas de produção da historiografia. Embora a aceitação cultural seja diferente em outros países, como nos Estados Unidos, onde é considerado um esporte de predominância feminina (Moura, 2003), a prática do futebol por mulheres no Brasil encontrou empecilhos de ordem estrutural e social, tais como legislações e normas que as afastaram da prática esportiva, como o Decreto Lei 3.199, de 1941, que estabelecia as bases para os esportes no país e afirmava que havia “desportos incompatíveis com as condições de sua natureza” (Brasil, 1941). Ser mulher em ambientes machistas é algo que exige refletir e colocar em prática estratégias para subverter as imposições culturais relacionadas a formas de vestir, pensar e comportar.

Michael Pollak (1989), reconhecido por seus escritos sobre memória em contexto de guerra, afirma que não há uma memória única. Toda memória é seletiva, estabelecendo negociações entre o subjetivo e o social. Há múltiplas memórias silenciadas, memórias que não constam nos registros oficiais, mas que, mesmo que se encontrem subterrâneas, nem por isso deixam de ser importantes.

Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à 'memória oficial', no caso a memória nacional (Pollak, 1989:4).

A história do futebol de mulheres no Brasil tem seu percurso marcado por diversas formas de violência. Ao definir formas de violência contra a mulher, Soihet (2002) destaca que as mulheres sofrem com a violência simbólica, aquela realizada de forma mais sutil e elaborada, produzindo também consequências nefastas. A autora considera que essas agressões ocorreram (ou foram mais notadas) em períodos históricos em que as mulheres reivindicavam direitos sociais antes nunca a elas direcionados, tendo como consequência a tensão entre os gêneros. Nos períodos estudados, entre final do século XIX e início do XX, além das décadas de 1960 a 1980, Soihet (2002) entende que essas agressões foram direcionadas às mulheres de classe média, por terem ousado se destacar nos movimentos sociais. Entretanto, cabe lembrarmos que, embora invisibilizadas, diversas categorias raciais e de classes lutaram por liberdade e direitos sociais das mulheres.

Desde as primeiras informações que se têm a respeito da prática do futebol por mulheres no Brasil, registradas no início do século XX (Almeida, 2019), um clima de deboche e estranhamento marcou a trajetória da modalidade. Os discursos das jogadoras no século passado e em pleno século XXI reforçavam solicitações de auxílios tanto do ponto de vista de condições estruturais para a prática como de súplicas por mais valorização, respeito e reconhecimento. Suas práticas desportivas não compunham o que se considerava relevante à história nacional, principalmente porque os fazeres das mulheres em ambientes públicos raramente eram tratados com seriedade.

Trajetórias esportivas foram negligenciadas historicamente, o que influencia também na falta de informações precisas para que possamos afirmar, por exemplo, como, quando e onde o futebol das mulheres tem início no país. Textos acadêmicos como os de Eriberto Moura (2003), Aira Bonfim (2019) ou Raphael Ribeiro (2023) lançam luz a essa temática e nos indicam que ainda há muito a ser desvelado com relação ao princípio do futebol praticado por mulheres. Podemos considerar que tal vazio seja minimamente estranho num país que considera o futebol como essencialmente integrado à sua cultura. Ilustres atletas de futebol, como Marta Vieira, que, como vários homens, se tornaram ícones mundiais no esporte, nos fazem perguntar: por que os discursos sobre as mulheres brasileiras do futebol ainda são pouco ouvidos? Uma possível resposta para essa pergunta envolve não apenas aspectos históricos mas também midiáticos, financeiros e culturais.

Para pesquisadoras/es e estudiosas/os da modalidade, sejam eles/as da área de História, Comunicação Social, Ciências Sociais e/ou Educação Física, existem alguns instrumentos que contribuem enormemente para traçar aspectos desse cenário, sendo que um dos principais pode ser

a utilização da Memória, com base na História Oral e na História de Vida, que nos permite uma maior articulação nos usos das fontes documentais. Bons exemplos sobre os usos dessas metodologias são os trabalhos realizados por Goellner (2019) e Moraes (2012).

Ao construir este artigo, entendemos que o universo das mulheres do futebol brasileiro não é um conjunto uniforme. Ao longo deste estudo, desvelamos pistas de que vários atributos de classe, gênero, sexualidade e etnia se mesclaram historicamente nesse contexto. Pesquisas como as de Kessler (2015) e de Pisani (2018) apontam nesse sentido, apresentando futebolistas de etnia negra, mulheres de uma classe social sem privilégios e muitas delas autoidentificadas como lésbicas. Devido à falta de pesquisas quantitativas estaduais ou nacionais com relação a esses dados, é difícil traçar com precisão esse perfil e expandi-lo como representativo de toda a nação; porém, pretendemos dialogar a partir dos marcadores sociais da diferença e das resistências dessas mulheres à marginalização na arena esportiva.

Discussão metodológica e teórica

Para orientar o desenvolvimento deste artigo, apresentamos como hipótese a seguinte questão: se por um lado a classe social, a etnia, o gênero e a sexualidade são aspectos centrais que caracterizaram e marcaram socialmente as futebolistas brasileiras, por outro lado esses mesmos marcadores sociais da diferença serviram de base para construção de argumentos e instrumentos que contribuíram para o silenciamento de suas histórias individuais e para a invisibilidade e inviabilidade do futebol praticado por elas.

A metodologia escolhida para o desenvolvimento deste artigo foi a pesquisa histórica, partindo da História Oral, da Memória e da História de Vida como aportes para escrevermos outra história das mulheres no mundo futebolístico brasileiro. Além disso, com base em pesquisas e produções acadêmicas, bem como com o aporte de matérias de jornais, de televisão e de revistas, trataremos dessas questões para apontar alguns elementos que, associados, serviram para ofuscar e silenciar a prática esportiva dessas mulheres.

A partir de Perrot (1998)¹, entendemos que agregar a memória a outras fontes é extremamente útil para rever o passado, não somente pelo prisma da subjetividade mas também estabelecendo associações com elementos registrados em fontes documentais. Isso nos permite tecer outros caminhos e revelar uma outra história, certamente mais plural, sobre os sujeitos e seu tempo. Ainda nesse sentido, ao passo que observamos tais dados na História, defendemos a continuidade e o aprofundamento da Pesquisa Histórica como um elemento a nos possibilitar a construção de novos percursos e caminhos de investigação científica, no sentido não apenas de revelarmos novos sujeitos sociais construtores da história do futebol das mulheres como também outros olhares que nos direcionem às suas subjetividades, às carreiras construídas e interceptadas, além das barreiras por elas enfrentadas.

(A memória) é eficaz quando se trata de estudar o cotidiano. Nele existem coisas que não estão contadas em nenhum outro lugar e que saberemos apenas através da memória. Por exemplo, em relação à história das sensibilidades, podemos perguntar como uma criança do passado vivenciou a maneira como foi criada? Somente essa criança poderá dizê-lo. Esses aspectos da história contribuem para enriquecê-la (Perrot, 1998:359).

Este artigo tem como objetivo discutir questões que apontam para a permanente e propositada invisibilidade de determinados grupos sociais no esporte, sem, no entanto, finalizar essa problemática com respostas pragmáticas. Nesse sentido, elencamos algumas categorias teórico-analíticas que inicialmente parecem estar subjacentes a essa discussão, mas que de modo fundante – sobretudo quando em intersecção – contribuem para propalar ações de desmerecimento e depreciação que

¹ Perrot (1998) traz uma importante discussão sobre esse método de pesquisa, seja por conta do limite temporal que nos é imposto, seja pelo esquecimento produzido na memória e, por esta ser/estar constituída também pelas relações do sujeito com o tempo e suas relações interpessoais, exclusivamente nela estão contidos fragmentos das histórias dos sujeitos que só podem ser reveladas por eles próprios.

marcaram a história do futebol das mulheres brasileiras: a etnia, a classe social e as questões de gênero e sexualidade.

Ainda sobre as categorias analíticas e teóricas que nos orientam, cabe ressaltar que, quando indagamos sobre questões que envolvem classe social, etnia, gênero e sexualidade no futebol das mulheres brasileiras, percebemos que precisamos recorrer ao conceito de interseccionalidade. A advogada e professora universitária norte-americana Kimberlé Williams Crenshaw foi quem primeiro apresentou e discutiu o conceito de interseccionalidade, em 1989, no artigo intitulado *Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics*. Nesse texto ela afirmou que a experiência interseccional é maior do que a soma das discriminações racistas ou sexistas e indica que qualquer análise que não leve em consideração a interseccionalidade não poderá considerar adequadamente as experiências das mulheres negras (Crenshaw, 1989). Assim, para Crenshaw (2002:176),

nas abordagens subinclusivas da discriminação, a diferença torna invisível um conjunto de problemas; enquanto que, em abordagens superinclusivas, a própria diferença é invisível. A discriminação interseccional é particularmente difícil de ser identificada em contextos onde forças econômicas, culturais e sociais silenciosamente moldam o pano de fundo, de forma a colocar as mulheres em uma posição onde acabam sendo afetadas por outros sistemas de subordinação. (...) Para apreender a discriminação como um problema interseccional, as dimensões raciais ou de gênero, que são parte da estrutura, teriam de ser colocadas em primeiro plano, como fatores que contribuem para a produção da subordinação.

Para a autora, existem, portanto, diferentes eixos de poder que estruturam os terrenos sociais, econômicos e políticos. Esses eixos podem ser definidos a partir dos marcadores sociais da diferença, por exemplo, raça, etnia, gênero e classe, que frequentemente se sobrepõem e se cruzam, criando intersecções complexas. Ainda sobre o conceito de interseccionalidades, as sociólogas norte-americanas Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2021:17) discorrem:

Pessoas comuns fazem uso da interseccionalidade como ferramenta analítica quando percebem que precisam de estruturas melhores para lidar com os problemas sociais. Nas décadas de 1960 e 1970, as ativistas negras estadunidenses enfrentaram o quebra-cabeça que fazia suas necessidades relativas a trabalho, educação, emprego e acesso à saúde simplesmente fracassarem nos movimentos sociais antirracistas, no feminismo e nos sindicatos que defendiam os direitos da classe trabalhadora. [...] As mulheres negras usaram a interseccionalidade como ferramenta em resposta a esses desafios.

O surgimento do conceito entre as ativistas negras não é casual. Diz respeito às ações políticas do movimento feminista norte-americano da época, as quais estavam voltadas essencialmente às particularidades das mulheres brancas universitárias e integrantes das classes média e média alta daquela sociedade. Ou seja, as especificidades vivenciadas por mulheres afrodescendentes e/ou indígenas não apareciam contempladas dentro do movimento feminista, ou mesmo em outros movimentos sociais, como os antirracistas ou os sindicatos. As mulheres negras foram postas às margens das lutas políticas. Era preciso encontrar um lugar de atuação política e social que contemplasse as questões de gênero, classe, etnia e raça de maneira articulada. As autoras Collins e Bilge (2021) pensam a interseccionalidade a partir das relações de poder e da forma como influenciam nas relações sociais, e para elas “a interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas” (Collins; Bilge, 2021:16).

No Brasil, Carla Akotirene aprofunda e amplia a discussão ao incluir uma perspectiva decolonial em suas análises. Para Akotirene, é urgente “descolonizar perspectivas hegemônicas sobre a teoria da interseccionalidade e adotar o Atlântico como *locus* de opressões cruzadas” (Akotirene, 2022:20). A autora segue nessa linha ao afirmar que

não existe hierarquia de opressão, já aprendemos. Identidades sobressaltam aos olhos ocidentais, mas a interseccionalidade se refere ao que faremos politicamente com a matriz de opressão responsável por produzir diferenças, depois de enxergá-las como identidades. Uma vez no fluxo das estruturas, o dinamismo identitário produz novas formas de viver, pensar e sentir, podendo

ficar subsumidas a certas identidades insurgentes, ressignificadas pelas opressões (Akotirene, 2022:40).

A interseccionalidade, enquanto categoria analítica e teórica, diz respeito à compreensão dos(as) sujeitos(as) como multifacetados(as). Ou seja, não é mais possível analisar individualmente a partir da perspectiva só do gênero, ou da raça/etnia, ou da classe social isoladamente. É preciso assumir que as pessoas trazem articuladas em seus corpos todas essas categorias e que elas se interseccionam, promovendo uma série de experiências distintas. Escolhemos esse conceito não só pela possibilidade de promover um debate mais complexo com relação à constituição histórica da modalidade futebolística mas também porque as autoras Collins e Bilge (2021) nos mostram como

a ênfase da interseccionalidade na desigualdade social parece muito distante da popularidade global desse esporte (*o futebol*). No entanto, o uso da interseccionalidade como ferramenta analítica para examinar a Copa do Mundo da FIFA mostra como as relações de poder de raça, gênero, nação e sexualidade organizam esse esporte em particular, assim como os esportes de maneira geral (Collins; Bilge, 2021:19, grifo nosso).

Dessa maneira, começamos a discutir de quais formas as categorias de gênero, raça/etnia, classe social e sexualidade, quando articuladas entre si, impactaram ou ainda impactam o universo do futebol feminino.

(...) diferentemente do comportamento médio das mulheres que praticam esporte em geral, a classe e a raça interferem de forma oposta na adesão delas ao futebol. Isto é, se por um lado as mulheres brancas e de extratos econômicos mais altos têm uma tendência maior à prática de esportes, por outro, são as mulheres negras e mais pobres que aderem ao futebol (Martins; Silva; Vasquez, 2021:3).

As jogadoras brasileiras, ao adentrar uma “área reservada masculina” (Dunning; Maguire, 1997), pagaram um alto preço: tiveram durante muito tempo a invisibilidade e o esquecimento como normas para suas trajetórias esportivas. Portanto, propomo-nos a rever a história do futebol de mulheres de outra perspectiva e, assim, a resgatar algumas trajetórias esportivas que até então permaneceram esquecidas.

Voltando no tempo...Marcadores do futebol delas: histórias que ficaram em um passado silenciado

Desde o início da construção da história do futebol de mulheres, foi nítido o posicionamento da imprensa brasileira, constantemente se contrapondo a essa prática. Tratam-se das primeiras décadas do século passado – o que sugere que já temos mais de um século de futebol das mulheres no Brasil –, muito embora seja difícil afirmar quando a modalidade teve início no país, tanto pela perda de registros como pela inexistência deles para determinadas ações de grupos sociais minoritários. Assim, é necessário lembrar o cenário nacional que se constituía naquele período: éramos um país envolvido em empreendimentos para a construção de um novo Brasil e uma “nova raça brasileira”, fortemente influenciada pela medicina higiênica e eugênica; por um processo de mudança política no país – todos em prol de uma nação moderna, que se queria embranquecida –; e pela ideia de constituir um povo forte (Goellner, 1999).

No início do século XX, homens, mulheres e crianças deveriam dedicar-se ao máximo para defender a construção dessa “nova nação”. Essa dedicação incluía a construção de um povo com uma nova identidade de corpo/sujeito aos moldes das sociedades europeias, compreendidas como referências do conceito de modernidade. A partir de meados da década de 1930, o Estado brasileiro passou a intervir no corpo/comportamento individual, de modo a torná-lo forte, saudável, produtivo e dócil – apto a enfrentar os desafios da vida moderna (Goellner, 1999).

Esse cenário foi extremamente favorável para a criação e veiculação da *Revista Educação Physica*, que foi lançada em 1932 com o título de *Revista Técnica de Athletismo e Sports*. Essa revista teve publicações mensais a partir de 1937 e sua última edição datada em 1945. A publicação não apenas divulgava informações a respeito de méritos esportivos de grupos ou sujeitos individualmente

mas, igualmente, instrumentalizava a população acerca de conhecimentos científicos e pedagógicos de diversas possibilidades de movimentação/adequação dos corpos a uma “nova” sociedade em construção (Goellner, 1999).

Para isso, parte-se da visão de um corpo individual e ideal com base na ótica de quem escrevia a *Revista Educação Physica* (em sua maioria médicos e militares). Cientificamente, esse ideal passou não só a classificar mas também a criticar corpos/comportamentos que se distinguiam do padrão eleito como normal a ser seguido. Nessas edições, eram encontradas informações para homens e mulheres sobre como deveriam ser e se comportar, seguindo, cada um, sua função social a desempenhar. Eram informações que tratavam de diversos esportes, como turfe, remo, natação, saltos ornamentais, ginástica, ciclismo, basquetebol, etc. Enfim, eram registradas diversas modalidades e seus campeonatos, pontuações, vencedores e, obviamente, pedagogicamente oferecia-se a instrução sobre como praticá-los e, fundamentalmente, quem deveria praticar o quê.

A partir do olhar dos editores e escritores da *Revista Educação Physica*, já em seu terceiro número, de acordo com a Goellner (1999:25), uma especial atenção passa a ser direcionada ao corpo da mulher:

Responsabilizada pela sua aparência física, a mulher é instigada a participar do universo das práticas corporais empenhando esforços não só para beneficiar seu estado de saúde como também para ser reconhecida e aprovada pelo olhar masculino. Um olhar que a submete ao imperativo da sedução, isto é, a um discurso cuja sustentação fundamenta-se na associação da aparência feminina como sinônimo de beleza e jovialidade.

Com a força centralizadora e autoritária do Estado Novo, entendia-se que o país precisava desenvolver corpos masculinos fortes e disciplinados para o trabalho fabril e industrial que começava a se desenvolver naquele período. Da mesma forma, precisava de corpos de mulheres fortes para gerar uma “nação forte”, o que os esportes e a Educação Física ajudariam a construir. Mas tão importante quanto isso era um corpo feminino apto a cuidar dos filhos, do lar e do marido, sendo exemplo, para outras gerações, de como deveria ser uma verdadeira mulher: bela, saudável, jovem, forte, mas fundamentalmente feminina (Goellner, 1999).

A partir do ano de 1939, a *Revista Educação Physica* criou uma seção específica às mulheres. Essa seção orientava quais modalidades seriam mais adequadas à construção do corpo feminino que deveria, por um lado, ser forte para gerar filhos e, por outro, garantir sua “natural feminilidade”. Essas páginas passaram a ter inúmeras imagens de mulheres praticando exercícios e as orientações para praticá-los.

O corpo percebido/estampado na *Revista Educação Physica*, que servia como molde e modelo, era o da mulher branca, pertencente a uma classe média, adequada ao padrão heteronormativo. Outras corporalidades que desviassem desse padrão não encontrariam ali representatividade. Já esse corpo que se desejava ter como referência estava ali, em movimento, em diversos e diferentes lugares, sempre em destaque:

Em movimento, o corpo da mulher é fotografado/desenhado em diferentes espaços, possibilidades e vestes: no trampolim na piscina, no ginásio, na quadra de tênis, rolando, saltando, mergulhando, fazendo ginástica utilizando os móveis da casa... imagens recortadas e justapostas que reunidas em uma só página mergulhavam o observador/observadora no universo da cultura física feminina (Goellner, 1999:28).

A *Revista Educação Physica* divulgava o pensamento de uma época, informando aquilo que se esperava ser seguido por boa parcela da população feminina – logicamente aquela parcela que se queria compreender como fazendo parte de um grupamento de referência, ostentando um padrão de civilidade esperado por aquela sociedade. É interessante perceber que os espaços e as atividades direcionadas às mulheres deveriam se opor às modalidades sugeridas para os homens. A elas eram indicadas modalidades consideradas mais “suaves”, como ginástica e natação, sendo que o intuito era preservar a figura da mulher atrelada à feminilidade e à maternidade. A ginástica, inclusive, passou a ser amplamente estimulada, já que, ao mesmo tempo em que fortaleceria o corpo, poderia

ser desenvolvida e praticada no espaço doméstico. Vale ressaltar que esse espaço doméstico era idealizado e prescrito enquanto domínio feminino.

Nos textos da *Revista Educação Physica*, não foi só a categoria gênero que orientou as recomendações de modalidades esportivas que deveriam ser praticadas por homens e mulheres. Havia uma subdivisão entre as modalidades que mulheres brancas poderiam desfrutar e modalidades que eram destinadas às mulheres negras; logo, as categorias raça e etnia também aparecem demarcando diferenças, limites e interditos.

Nas páginas da *Revista*, estavam definidos padrões que determinavam o que se esperava que mulheres brancas, de classe média e heterossexuais seguissem. Aquelas que fugissem a essa normativa poderiam – ou deveriam – ser duramente criticadas. Ainda nesse sentido, e de acordo com Jéferson Luis Staudt e Magna Lima Magalhães (2018:235),

(...) para que pudesse ser reconhecida como tal, a mulher da década de 1930 precisaria necessariamente distanciar-se de qualquer comportamento ou prática em que estivessem presentes os predicados masculinos: resistência física, violência, músculos salientes, dentre outros. Sendo assim, a visibilidade da mulher negra, em um esporte tido como apropriado somente ao “universo masculino”, tinha potencial para torná-las reconhecidas, a partir da imoralidade do seu “comportamento masculinizado”, colocando em suspeição sua feminilidade e sua sexualidade.

Em contraposição ao perfil idealizado, padrão requerido, estavam as mulheres negras e indígenas. A essas mulheres cabia, na maioria das vezes, a invisibilidade imposta e, eventualmente, críticas e chacotas. A exemplo disso, no *Jornal dos Sports*, em 1940, a divulgação de concursos de beleza junto às práticas realizadas pelas jogadoras de futebol fazia com que fossem vistas como “‘feias’, ‘brutalizadas’ e ‘malcheirosas’ – era assim que o discurso médico, a grande parte da imprensa e da academia esportiva viam as mulheres do subúrbio que praticam o futebol” (Moura, 2003:47).

Silva (2019), a partir de uma perspectiva historiográfica, realizou uma investigação sobre o diário esportivo carioca *Jornal dos Sports* entre 1931 e 1941 e constatou que a publicação reproduzia discursos pautados em determinados ideais de feminilidade, fazendo algo que poderia ser chamado de “jogo das letras”, que alternava entre o incentivo e o silenciamento sobre as partidas realizadas no subúrbio por mulheres negras e que não eram da elite econômica. “As narrativas produzidas pela imprensa do Rio de Janeiro anunciavam essa prática como uma ‘novidade’ e/ou ‘tentativa de imitar o sexo forte’” (Silva, 2019:161).

Os autores Staudt e Magalhães (2018) apontam que, naquele período, estavam definidas como “diferentes” as mulheres negras e indígenas; portanto, classificadas como “anormais”. Nas poucas vezes em que foram apresentadas na *Revista Educação Physica*, essas mulheres ocuparam suas páginas com matérias voltadas às práticas esportivas ligadas ao futebol.

No que diz respeito à prática do futebol por mulheres, os editores da revista, Hollanda Loyola e Humberto Ballariny, possuíam opiniões bastante controversas. Para Loyola, em uma edição de 1940, haveria a possibilidade de a prática futebolística ser realizada por mulheres, desde que não comprometesse os critérios ligados à beleza e à delicadeza, atributos pensados como próprios da mulher. Ele indicava ainda outras possibilidades de práticas esportivas, como a dança e principalmente a ginástica, já que ambas seriam muito úteis para o desenvolvimento da graciosidade e assegurariam a feminilidade. Já para Staudt e Magalhães (2018), práticas inapropriadas às mulheres seriam aquelas que pudessem atingir as regiões do corpo que inviabilizassem sua capacidade reprodutora:

Ao constituir a mulher-mãe como *verdadeira* mulher brasileira, dotada de beleza, graça, encanto e docilidade, Ballariny designava a maternidade como *missão* feminina, e toda a formação moral, intelectual e física da mulher deveria estar calcada nos “destinos de sua natureza”. O futebol, nessa perspectiva, seria uma prática violenta, combativa e agressiva, inapropriada à manutenção da beleza física e à “vocação” reprodutiva da mulher, sob a ameaça de provocar traumas na sua região pélvica (Staudt; Magalhães, 2018:232, *italico dos autores*).

Desse modo, quando foram apresentadas na *Revista*, as mulheres negras estavam associadas ao futebol, atividade que não se adequava ao ideal de feminilidade, critério avaliativo cientificamente justificado. Associadas a valências como resistência física, hipertrofia muscular e violência – atributos

eram tidos como exclusivamente masculinos e indispensáveis à prática desse esporte –, as mulheres que o praticavam passaram a ser definidas por esses aspectos. Dessa forma, nas páginas da *Revista Educação Física*, foram exibidas mulheres negras, suburbanas, ligadas ao futebol². Como desvios da norma, Staudt e Magalhães (2018:235) afirmam que,

socialmente rejeitada no âmbito feminino, a mulher negra, por sua vez, poderia ser vista “sendo feminina”, segundo a revista, unicamente no futebol. A hipertrofia muscular não atraente sexualmente, o físico antiestético e o espírito agressivo seriam predicados provenientes da prática esportiva e inapropriados à formação moral e física da mulher.

Estavam, portanto, circunscritos e definidos critérios a serem seguidos pela mulher brasileira a partir dos anos de 1930: um modelo ideal e outro distante da norma, um desvio que questionava os padrões e que, por esse motivo, poderia/deveria ser duramente censurado. Importante notar que, ao mesmo tempo em que era depreciada, a mulher negra era exposta como transgressora das normas, alguém que tensionava e desestabilizava determinadas regras e distanciava-se do que se considerava como ideal feminino.

Conforme Dias (1995), tanto no século XIX como no século seguinte e nos dias atuais, as mulheres negras têm precisado se manter fora dos espaços domésticos, inseridas no mercado de trabalho, especialmente em subempregos e atuando como mantenedoras de suas famílias. Exatamente por isso, pesava sobre elas um padrão desviante da doçura e da feminilidade socialmente desejadas.

Trazer a pluralidade de corpos no futebol não foi tarefa fácil. Ao tratar do início da modalidade e de questões acerca do pioneirismo, Cunha (2016:235) aponta para a importância da pesquisa histórica na busca por compreendermos e resgatarmos seus vestígios. A autora registra a presença de fontes documentais, desde 1913, sobre o futebol de mulheres nas periferias. A partir da década de 1940, observa-se a presença do futebol de mulheres nos circos:

[...] o jornal *Folha da Manhã* reconhecia a existência de dez equipes de futebol feminino na capital federal (...). A possibilidade de improviso era grande, visto que campos de futebol, na periferia, não deveriam ter as medidas oficiais, nem seguir as regras executadas na época.

[...] os jogos entre 1913 e 1940 tiveram a preocupação da apresentação futebolística, sem grandes preocupações de técnica. Em 1913, eram apresentações de conotação circense. A atitude despreocupada das jogadoras foi retratada na matéria do jornal sobre o evento, que teve “momentos mais agradáveis, sobretudo humorísticos, pois, se as frágeis jogadoras não exibiam técnica de futebol, padrão de jogo etc. agradavam em cheio, na maioria das vezes, pelas próprias falhas, que eram recebidas com gargalhadas pela assistência (Cunha, 2016:235).

Sobre as opiniões acerca dessas apresentações, a autora percebe uma divergência de pontos de vista da plateia carioca, que ora elogiava a prática, ora criticava, pelo fato de que aquelas mulheres se associavam aos homens, pois “(...) outros criticavam o fato de as moças começarem a adquirir comportamentos característicos dos homens, como cuspir no gramado” (Cunha, 2016:235).

Sair do espaço doméstico e realizar as mesmas práticas dos homens poderia ser algo considerado perigoso. A exemplo disso, devemos lembrar um famoso documento escrito pelo cidadão José Fuzeira na década de 1940, que considerava as equipes de mulheres como “núcleos destruidores da saúde de 2.200 futuras mães” e que teve como resposta argumentos médicos que desaconselhavam o futebol por ser atividade violenta e incompatível com o organismo das mulheres (Souza, 2020). Tal documento, direcionado ao presidente Getúlio Vargas, repercutiu com uma sanção, o fatídico Decreto-Lei nº 3.199, que seria revogado apenas em 1979 (Moraes, 2012; Kessler, 2015; Pisani, 2018). A aceitação da carta de um senhor desconhecido no meio esportivo (Bonfim, 2019) faz eco à organização desportiva da época, dominada por homens brancos com ideais conservadores. Conforme trazido na tese de Santos (2021), hoje ainda se percebe a falta de mulheres,

² Souza (2020) expõe que o *Jornal Correio da Manhã* criticava um *team de football de mulheres* do subúrbio carioca, formado por adolescentes “humildes”, de condição econômica menos favorecida e possivelmente com menos instrução formal.

pessoas negras e *queer* em funções de poder no futebol, o que influencia nas estratégias tomadas para o futuro da modalidade.

A partir de 1941, período da proibição do futebol para as mulheres, temos uma lacuna sobre a história dessa prática, mas sabemos que elas já eram enquadradas como mulheres desviantes de uma suposta normalidade. Recentemente, foram identificadas novas pistas acerca da prática no país. A título de exemplo, podemos citar a interessante história da senhora Carlota Alves de Resende, que impulsionou a criação de times nos subúrbios cariocas na década de 1940, realizando inclusive torneios de futebol amador nos finais de semana (Bonfim, 2020).

De acordo com Bonfim (2020), Carlota teria recebido um convite do empresário argentino Afonso Doce para realizar uma excursão com suas jogadoras pela América Latina, passando por locais como Montevidéu (Uruguai) e Santiago (Chile). Essa possibilidade se tornou notícia nos jornais da época, e Carlota foi acusada de aliciar suas jogadoras, garotas pobres da periferia, para ganhar dinheiro com a exposição delas em jogos. Por isso, Carlota foi presa, e sua casa, local de reuniões dessas moças, foi considerada um “antro”, onde as jogadoras supostamente fumavam e realizavam jogos de azar (que à época eram considerados criminosos). Se antes Carlota aparecia nos jornais como uma protagonista do futebol no subúrbio carioca, logo passou a ser acusada, pelos mesmos periódicos, de ser uma péssima influência e auxiliar na prostituição de garotas.

A figura da futebolista brasileira reuniu sempre algum aspecto de subversão, mesclando um conjunto de atributos socialmente indesejáveis, tais como a negritude, a pobreza ou a expressão de características associadas às masculinidades. Esses atributos as distanciavam da ideia de mulher idealizada como exemplo para as futuras gerações. A mulher negra, por exemplo, ainda remontava ao imaginário da escravidão e do período colonial no Brasil, tendo, durante muito tempo, ocupado um “não lugar”, ou o lugar do “outro do outro”. Durante a República, embora o protagonismo da mulher negra existisse, o futebol por elas praticado no século XX recebeu tratamento de invisibilidade e silenciamento. A presença de mulheres negras consta em poucos registros, tais como em fotos da partida entre as equipes do Brasil Suburbano Football Clube durante o festival de inauguração da iluminação do campo do River F.C, em 1931 (Bonfim, 2019).

Embora sofrendo com críticas e proibições, as mulheres nunca pararam de jogar seu futebol. Para ilustrar, podemos citar as pesquisas de Cunha (2016) e os registros históricos do time da cidade de Araguari, que atuou no período de vigência da proibição, entre 1958 e 1959. Ainda sobre o período do impedimento, Morel e Salles (2006) apontam a matéria do jornal *O Globo*, de 1976, que registrava a prática na praia do Leblon, no Rio de Janeiro, com a participação de empregadas domésticas, que jogavam no horário noturno, depois de suas jornadas de trabalho.

A ridicularização gerada desde o início do século passado em torno do futebol das mulheres culminou com a proibição – justificada não apenas pelos argumentos científicos questionáveis sobre a fragilidade associada à mulher mas, e principalmente, por esse corpo estar ligado a pré-requisitos daquilo considerado como pertencente ao masculino e, portanto, indesejável/incompatível com o que se classificava e definia a mulher-mãe-esposa, concebida como absolutamente feminina à época. Nesse sentido, o discurso popular sentenciou: o futebol das mulheres não seria um espetáculo bonito de se ver.

Mesmo com um arsenal argumentativo que impôs o silenciamento e a invisibilidade, percebe-se que o futebol de mulheres há muito tempo questiona os padrões sociais e segue, mesmo que no anonimato, sendo praticado nos subúrbios e nas periferias de todo o país. Conforme Moraes (2012), há também indícios dessa permanência em depoimentos orais e fontes documentais referentes às jogadoras baianas que fizeram parte do futebol entre as décadas de 1970 e 1990.

Com relação às praticantes, desde o início da prática mais competitiva, as marcas sociais estavam presentes: mulheres negras, consideradas similares aos homens por sua agressividade e por estereótipos masculinizados. Elas apresentavam publicamente corpos fortes e, normalmente, eram pertencentes às periferias e aos subúrbios das cidades. Faziam parte dessa classificação, portanto, aquelas consideradas como “mulheres-machos”, “machões” ou “sapatões”; aquelas que resolveram transgredir as normas de corpo e comportamento, que se inseriram nos campos de várzea para contar uma história aparentemente “invisível” do futebol. Representavam muito do que estava compilado

em um estereótipo preconceituoso e depreciativo ligado às mulheres no futebol brasileiro, criado a partir de valores sociais e culturais que permaneceram e se perpetuaram durante todo o século XX.

Assim, ao longo da história das futebolistas em nosso país, são frequentes os embates para a inserção e permanência em um espaço culturalmente considerado de sociabilidade masculina. Embora se percebam mudanças do contexto histórico anterior, pode-se perceber, conforme Vieira e Rodrigues (2021), que persistem práticas desrespeitosas ao trabalho das futebolistas, tal como o recente desvio de repasses de verbas destinadas pela CBF aos clubes, durante a pandemia de Covid-19.

As violências, sejam simbólicas ou físicas, sempre acompanharam suas trajetórias individuais e coletivas, pelos insultos e pelas agressões verbais direcionadas, como vimos; pela falta de estrutura; pelo desprezo e desinteresse público das instituições que deveriam impulsionar a modalidade, como a CBF; pelo impedimento legal que durou cerca de quarenta anos no Brasil; pela forma como a imprensa desautorizou e ridicularizou essas mulheres; e, também, pela violência simbólica imposta com o silenciamento de tantas histórias de protagonistas brasileiras.

Os jornais como importantes fontes documentais: observando histórias sobre o futebol de mulheres na Bahia (1984)

Provavelmente por conta da proibição que durou até 1979, entre a década de 1950 e o final dos anos de 1970 houve o cerceamento das atividades das futebolistas. Obviamente, estamos falando das atividades oficiais. Apenas na década de 1980 foi que surgiram em maior volume os times de futebol de campo e de futsal pelo país, com os torneios estaduais e nacionais. Na várzea, principalmente nos campinhos improvisados, as mulheres permaneceram jogando o seu futebol. Quanto ao período de interdição legal e o período subsequente, ainda existem lacunas e “vácuos”, tanto no que se refere aos sujeitos que protagonizaram essas histórias como às suas subjetividades e ao seu cotidiano, certamente repleto de dificuldades para essa permanência. O que sabemos é que essa permanência garantiu a sobrevivência da modalidade no país.

Esse cenário se desenhava, por exemplo, tanto no subúrbio do interior baiano, conforme observamos em estudo anterior (Moraes, 2016), como no Rio de Janeiro, fosse nas praias ou nas várzeas (Almeida, 2020):

Em entrevistas com ex-jogadoras da década de 1980 foram reveladas duas formas de ingresso ao mundo da bola: a várzea e a praia (...).

Quando crianças, essas jogadoras utilizavam espaços nas ruas, perto de casa (...). A várzea era local que juntava todos (...). As roupas, segundo relatos da época, eram improvisadas – calção de vôlei, meião do irmão e “kichute” (...).

É também no Rio de Janeiro que encontramos outra via de acesso: a praia de Copacabana apresenta-se como grande centro irradiador do que acabou se tornando um modismo entre a juventude local nesse período (Almeida, 2020:317).

Em pesquisa realizada nas cidades de Jequié e Feira de Santana (Bahia), Moraes (2012) pôde identificar a existência de times atuantes desde o início da década de 1970. A autora informa que o futebol se desenvolveu em regiões periféricas da cidade, entre meninos e meninas, inclusive na escola, ainda na década de 1960. Em Feira de Santana também foi possível encontrar, a partir de depoimentos e de fontes documentais cedidas pelas entrevistadas, meninas que jogavam futebol nas ruas das periferias durante a década de 1970. Esse fato possibilitou a criação de diversos times identificados não apenas nessas cidades mas em todo o Estado da Bahia, propiciando a realização dos campeonatos estaduais e, como consequência, a inserção dessas meninas nos campeonatos nacionais que ocorreram nas décadas seguintes.

Já nesse período, e mesmo durante o impedimento legal da prática, os relatos sugerem que o movimento das mulheres no futebol não poderia mais retroceder, e a sua profissionalização seria uma questão de tempo. Sem poder frear esse processo criado a partir da luta das futebolistas que encontraram as brechas no cotidiano para exercer o esporte, destacamos uma interessante matéria exibida no *Jornal Hoje* (1984:45), em seu Caderno de Esporte, publicado no ano de 1984, na cidade

de Salvador, intitulada “Elas entram em campo para a alegria da galera: as mulheres baianas aderiram ao futebol feminino com força total e apoio da TV Itapoan”, com texto que retrata os empecilhos estruturais vividos pelas praticantes:

Mesmo sem contar com o apoio da Federação Bahiana de Futebol e enfrentando resistência da sociedade, inclusive dentro da própria família das atletas, o futebol feminino é, hoje, uma grande realidade na Bahia graças, sobretudo, ao incentivo da TV Itapoan. O canal 5 adotou esta modalidade de esporte, patrocinando ano passado, a primeira Copa, e, sustentando, atualmente, o primeiro campeonato estadual (*Jornal Hoje*, 1984:45).

A primeira Copa teria ocorrido em 1983, certamente com diversos times que se distribuíram e se mantiveram por boa parte do Estado. A matéria do *Jornal Hoje* (1984) apresenta também o depoimento do comentarista esportivo Raimundo Varela. Segundo ele, pouco antes de 1983, quando da formação de uma das primeiras seleções do Brasil para disputar partidas nos Estados Unidos, “vieram buscar as jogadoras de meio de campo Solange (estrela do futebol feminino baiano), Elinei e Helena Nova, todas do time Baiano de Tênis” (*Jornal Hoje*, 1984:45). O comentarista esportivo ainda criticava a indiferença de Giulite Coutinho, naquele momento presidente da CBF, afirmando:

(ele) “nada entende do esporte”. Não existe apoio, falta maior divulgação que só é feita com intensidade pela TV Itapoan com a colaboração da Rádio Sociedade da Bahia, *Jornal da Bahia*, Correio da Bahia e algumas rádios do interior do Estado que sempre fazem as transmissões das partidas (*Jornal Hoje*, 1984:45).

O texto apresenta críticas à Confederação Baiana por não ter estrutura sequer para manter o futebol masculino e por atuar apenas liberando documentos para oficialização das partidas e oferecendo a arbitragem. O futebol das baianas começou a ser mostrado em 1978, quando o impedimento legal ainda permanecia. Na cidade de Simões Filho, a TV Itapoan filmou e transmitiu um jogo preliminar entre o time de futebol de mulheres da UFBA³ e o Leônico. Naquele período, faziam parte do time da UFBA as universitárias Dora, Solange, Dalvinha e Helena Nova, algumas atletas consagradas na Bahia.

Complementando esses dados, encontram-se, na matéria do *Jornal Hoje* (1984), informações de que na Bahia havia 200 equipes de futebol de mulheres, sendo 120 só da capital e mais dez espalhadas por sua região metropolitana. Daquele primeiro campeonato participaram doze times: o Bahiano de Tênis, Ipiranga, Itapagipe, Agroveco (de Salvador), a Catuense e Tejan (de Alagoinhas), Flamengo de Feira e Cajueiro (ambos de Feira de Santana), 13 de Maio (de Castro Alves) e o time das Panteras (de Ipiaú). A reportagem ainda informava que o Bahiano de Tênis, “(...) considerado o melhor, paga contas das rendas dos jogos (às atletas), com os (*sic*) titulares recebendo mensalmente Cr\$ 60 a Cr\$ 70 mil” (*Jornal Hoje*, 1984:46)⁴.

A matéria do *Jornal Hoje* (1984) também informava que o time de futebol de campo foi formado pela seleção das melhores atletas do seu time de futebol de salão. Essa equipe disputou partidas com times locais como o Flamengo de Feira, Ipiranga e Usina, sem ter perdido uma única partida, inclusive contra o Clube Federal do Rio de Janeiro, campeão carioca de 1981. Com a conquista da Copa Baiana, o time foi estruturado definitivamente, inclusive com a criação de departamentos especificamente ligados ao futebol de mulheres. Essa condição permitiu que a equipe jogasse no interior, atendendo a convites, permanecendo invicta em todas as partidas realizadas. O senhor Newton Mota, na época técnico do time, dedicou todos os elogios às jogadoras:

(...) são meninas atenciosas com bom poder de percepção das instruções, inteligentes e entendem facilmente as normas. E destaca a meia-esquerda Solange, a goleira Norminha (posição que quase

³ A Universidade Federal da Bahia, localizada na capital Salvador, foi a primeira Universidade Federal criada no Estado da Bahia.

⁴ A expressão “os” se refere às jogadoras. Entretanto, à época, a forma de se referir aos sujeitos pela escrita empregava uma forma de tratamento universal, no masculino. O valor de salário referente em fevereiro de 1984 era de Cr\$57.120,00 (Decreto nº 88.930, de 1983) (Audtec, 2022). As jogadoras da equipe Bahiano de Tênis recebiam, portanto, um pouco menos do que o salário mínimo.

nenhum time tem boa atleta, talvez porque elas jogam com medo de boladas nos seios e ventre), a médio-volante e a centro-avante Tânia Meireles (*Jornal Hoje*, 1984:46).

Em duas páginas, a matéria trouxe informações ricas sobre o futebol praticado por elas (informando, por exemplo, que a modalidade teria sido iniciada ainda em 1959, na Bahia). A matéria prosseguia falando sobre as condições de jogo, bem como do seu ar improvisado.

No interior - Nazaré das Farinhas⁵, Feira de Santana⁶, Santo Antônio de Jesus⁷ (...) – também existiam times que surgiram das peladas entre meninos e meninas, em campos improvisados que poderiam ser numa rua, um terreno baldio (*Jornal Hoje*, 1984:46).

A rua, de acordo com Giglio (2005), é um espaço que, por excelência, propicia esse encontro, especialmente até o fim do século passado, associado à informalidade do ambiente do jogo que se inicia como uma grande brincadeira. Brincando na rua de bola, atividade essencialmente compreendida como futebol, as crianças desenvolvem habilidades que tornaram várias de nossas gerações de atletas astros inquestionáveis do esporte. Giglio (2005) se refere ao futebol dos homens, seu objeto de análise. Mas, para nós, esse mesmo ponto de vista serve para as mulheres no futebol. Afinal, assim como os meninos, foi na várzea, nos campinhos improvisados em terrenos baldios, que muitas delas iniciaram suas práticas, divertindo-se em brincadeiras com a bola nos pés e iniciando, como se diz na Bahia, sua inserção nos “babas”. Dessa forma, essas meninas se desenvolveram e aumentaram sua qualidade técnica de jogo, ligando suas vidas definitivamente ao futebol. Observando dessa forma, ou seja, pela cultura, torna-se mais fácil compreender a relação das meninas com os “babas”, com o seu futebol. O aprofundamento dessa relação, do nosso ponto de vista, é fundamental.

Finalmente, o periódico também apresentava uma entrevista com Solange Rebouças Barbosa, à época com 24 anos de idade, uma das estrelas do futebol baiano, a camisa oito do Clube Bahiano de Tênis:

Uma das seis crianças filhas do agricultor Antônio Barbosa e da professora aposentada Maria do Carmo Alves Rebouças, Solange fala sobre o tabu em relação ao futebol feminino, afirmando que já foi pior, ‘traumatizante’, e analisa que o preconceito é maior por parte das mulheres. Professora de educação física, a atleta que já recebeu convite, inclusive para integrar o time carioca do Radar, não pensa em se profissionalizar, mas, quer continuar jogando, como afirma em suas palavras: ‘(...) até quando der’” (*Jornal Hoje*, 1984:46).

Na matéria, além dos indícios sobre a existência da modalidade na década de 1950 no estado baiano, foi possível perceber o considerável número de fontes jornalísticas já naquele período, bem como o importante número de times e atletas que compunham o cenário futebolístico dos anos de 1980.

Nesse sentido, destacamos novamente a importância da Pesquisa Histórica para a compreensão desse universo, articulando, como dito, fontes documentais aos recursos da Memória e da Oralidade. Esses elementos, juntos, serão capazes de desnudar fatos que ainda são absolutamente desconhecidos e possibilitarão perceber o quanto ainda precisamos descobrir sobre histórias e trajetórias de esportistas brasileiras.

⁵ Nazaré das Farinhas está situada no interior baiano, localizada no centro sul do Recôncavo Baiano, às margens do Rio Jaguaripe. A distância entre o município e a capital do estado é de 79 km [<http://www.v-brazil.com/tourism/bahia/map-bahia.html> - acesso: 11 dez. 2020].

⁶ Feira de Santana é um município do interior da Bahia. Situado na região Metropolitana de Salvador, está localizado a 108 quilômetros da capital.

⁷ Santo Antônio de Jesus também está localizado no interior baiano, mais precisamente a 187 km da capital. Considerado a capital da região do Recôncavo Baiano.

Considerações finais

Há muito a ser investigado e revisto no futebol das mulheres brasileiras, pois ainda tratamos de um espaço que é pensado a partir das divisões binárias de gênero. A história nos mostra diversas estruturas sociais forjadas para a perpetuação dessa divisão, ao tempo que estudos nos possibilitam, cada vez mais, compreender que as mulheres nunca deixaram de jogar, mesmo quando legalmente proibidas. Os binômios que classificaram masculino *versus* feminino, heteronormatividade *versus* homossexualidade, preto *versus* branco, por exemplo, não foram capazes de localizar as mulheres negras e pobres nesses ambientes – e aqui estamos falando de uma parte bastante representativa das mulheres no futebol brasileiro.

Quando acrescentamos, nesse contexto, aspectos relativos às questões de gênero, somam-se características e lugares sociais que definiram e impuseram diversas formas de violência e silenciamento às histórias de futebolistas, bem como à história do próprio esporte. Provavelmente, se essas mulheres pudessem ser enquadradas no padrão de feminilidade branca e fossem mulheres da elite ou da classe média, a imprensa e a história lhes teriam atribuído outra visibilidade e apoio.

Entendemos que é importante que novos estudos se atentem às questões relativas à interseccionalidade, tendo em vista que diversos marcadores sociais da diferença foram invisibilizados durante muito tempo. Dirigir o olhar para esses aspectos é também defender a Pesquisa Histórica de qualidade, atenta à diversidade. O curso da História pode ser plural, atento à compreensão das ações cotidianas que possibilitam questionar padrões, eleger outros e novos padrões, além de reconstruir o próprio conjunto das sociedades.

Sobre as mulheres do futebol brasileiro, podemos reconhecer sua luta e compreender o quanto desestabilizaram um binarismo de gênero bastante útil aos interesses masculinos. As futebolistas nos ajudaram a olhar e pensar não somente o mundo do esporte como também a própria sociedade, levantando questionamentos sobre poderes que, exatamente por serem hegemônicos, sempre foram passíveis de problematização.

É nesse sentido que a Pesquisa Histórica e a Memória nos auxiliam ainda mais a descobrir esse universo que, afinal de contas, fala não somente sobre o futebol ou sobre os futebóis do Brasil; fala sobre força e coragem de mulheres brasileiras; fala sobre resistências e diferentes maneiras de produzir o futebol.

Referências bibliográficas

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo, Editora Jandaíra, 2022.

ALMEIDA, Caroline Soares de. Nas praias e nas várzeas: o movimento do retorno do futebol feminino da década de 1970 e início de 1980. In: KESSLER, Cláudia; COSTA, Leda; PISANI, Mariane (org.). *As mulheres no universo do futebol brasileiro*. Santa Maria, Editora da Universidade Federal de Santa Maria, RS, 2020.

ALMEIDA, Caroline Soares de. Mulheres futebolistas: debates sobre violência e moral durante o Estado Novo brasileiro. *Lusotopie* (1), XVIII, 2019, pp.95-118 [<https://journals.openedition.org/lusotopie/3844> – acesso em 22 mai. 2024].

AUDTEC. *Tabelas de valores de salário mínimo de 1940 a 2022*, [s.d] [<https://audtecgestao.com.br/capa.asp?inford=1336> – acesso em 14 fev. 2022].

BONFIM, Aira Fernandes. *Os Torcedores*. Carlota Resende: a dirigente do futebol que planejou excursionar com jogadoras e foi presa em 1941, 7 mar. 2020 [<https://www.torcedores.com/noticias/2020/03/carlota-resende-a-dirigente-do-futebol-que-planejou-excursionar-com-jogadoras-e-foi-presa-em-1941> – acesso em 10 out. 2020].

BONFIM, Aira Fernandes. *Football Feminino entre festas esportivas, circos e campos suburbanos: uma história social do futebol praticado por mulheres da introdução à proibição (1915-1941)*. Dissertação (Mestrado em História Política e Bens Culturais), Escola de Ciências Sociais, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2019 [<https://repositorio.fgv.br/items/01930c3e-8765-49b2-ab18-13bbccb49f4b> – acesso em 22 maio 2024].

- BRASIL. Decreto-Lei nº 3.199, de 14 de abril 1941. *Diário oficial da União*, seção 1, pp.7453 [https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3199-14-abril-1941-413238-publicacaooriginal-1-pe.html – acesso em 15 ago. 2023].
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis, Vozes, 1998.
- COLLINS, Patricia; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. São Paulo, Boitempo, 2021.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, ano 10, 2002, pp.171-188 [https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397;8fSBQQ/abstract/?lang=pt – acesso em 22 maio 2024].
- CRENSHAW, Kimberlé. *Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics*. University of Chicago Legal Forum, 1989 [https://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8 – acesso em 15 ago. 2023].
- CUNHA, Teresa Cristina de Paiva. O início do futebol feminino no Brasil: divergências históricas e o pioneirismo na prática. In: KESSLER, Cláudia Samuel (org.). *Mulheres na área: gênero, diversidade e inserções no futebol*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2016, pp.233-254.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*. 2ed., São Paulo, Brasiliense, 1995.
- DUNNING, Eric; MAGUIRE, Joseph. As relações entre os sexos no esporte. *Revista Estudos Feministas*, 5(2), 1997, pp.321-348 [https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/12151 – acesso em 22 mai. 2024]. Xerox de Fonte impressa, pertencente ao acervo pessoal e gentilmente cedida pela ex-atleta de Futebol, Solange Santos Bastos, Feira de Santana (BA), 2010.
- GIGLIO, Sérgio Settani. Futebol-arte ou futebol-força? O estilo brasileiro em jogo. In: DAOLIO, Jocimar (org.). *Futebol, cultura e sociedade*. Campinas, Autores Associados, 2005.
- GOELLNER, Silvana Vilodre. Sissi, a Imperatriz: entrevista com Sisleide Lima do Amor. *Fúlia*, 4(1), UFMG, 2019, pp.117-133 [https://periodicos.ufmg.br/index.php/fulia/article/view/14661 – acesso em 22 maio 2024].
- GOELLNER, Silvana Vilodre. *Bela, maternal e feminina: imagens da mulher na Revista Educação Physica*. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999 [https://lume.ufrgs.br/handle/10183/2709 – acesso em 22 maio 2024].
- KESSLER, Cláudia Samuel. *Mais que Barbies e ostras: uma etnografia do futebol de mulheres no Brasil e nos Estados Unidos*. Tese (Doutorado em Antropologia Social), UFRGS, Porto Alegre, 2015 [https://lume.ufrgs.br/handle/10183/131770 – acesso em 22 maio 2024].
- MARTINS, Mariana Zuaneti; SILVA, Kerzia Railane Santos; VASQUEZ, Vitor. As mulheres e o país do futebol: intersecções de gênero, classe e raça no Brasil. *Movimento* (27), 2021 [https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/109328 – acesso em 22 maio 2024].
- MORAES, Enny Vieira. O gramado como espaço de disputa entre gêneros: alguns aspectos sobre a história do futebol feminino no Brasil. In: KESSLER, Cláudia Samuel. *Mulheres na área: gênero, diversidade e inserções no futebol*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2016, pp.193-210.
- MORAES, Enny Vieira. *As mulheres também são boas de bola: histórias de vida de jogadoras baianas*. Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012 [https://tede2.pucsp.br/handle/handle/12739 – acesso em 22 maio 2024].
- MOREL, Márcia; SALLES, José Geraldo do C. Futebol Feminino. In: DACOSTA, Lamartine (org.). *Atlas do esporte no Brasil*. Rio De Janeiro, CONFEF, 2006, pp.1.
- MOURA, Eriberto José Lessa de. *As relações entre lazer, futebol e gênero*. Dissertação (Mestrado em Educação Física), Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003 [https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/346938 – acesso em 22 maio 2024].
- PERROT, Michelle. Entrevista: A força da memória e da pesquisa histórica. *Projeto História* (17), São Paulo, nov. 1998 [https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11133 – acesso em 22 maio 2024].
- PISANI, Mariane. “Sou feita de chuva, sol e barro”: o futebol de mulheres praticado na cidade de São Paulo. Tese de Doutorado (Antropologia Social), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018

- [<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-11102018-110139/pt-br.php> – acesso em 22 maio 2024].
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, 2(3), 1989, pp.3-15 [<https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2278> – acesso em 22 maio 2024].
- RIBEIRO, Raphael Rajão. Da proibição do futebol de mulheres: a atuação do Conselho Nacional de Desportos e a interdição esportiva feminina no Brasil (1941-1957). *Tempo*, 29(2), mai.-ago. 2023 [<https://www.scielo.br/j/tem/a/8qYpfxJRJfQbm8qdWGBfJMp/> – acesso em 22 maio 2024].
- SANTOS, Ineildes Calheiro dos. Nem mulheres, nem negrxs, nem queer of colour (QOC) na liderança do futebol brasileiro!: a interseccionalidade no esporte. Tese (Doutorado Multi Institucional em Difusão do Conhecimento), UFBA, Salvador, 2021 [https://repositoriodev.ufba.br/bitstream/ri/33477/1/Tese_Ineildes%20Calheiro%20dos%20Santos.pdf – acesso em 22 maio 2024].
- SILVA, Kelen Katia Prates. “O jogo das letras”: Práticas esportivas e futebol de mulheres nas páginas do *Jornal dos Sports* (1931-1941). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2019 [<https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/5794> – acesso em 22 maio 2024].
- SOIHET, Rachel. O Corpo Feminino como lugar de Violência. *Projeto História* (25), São Paulo, 2002 [<https://revistas.pucsp.br/revph/article/viewFile/10592/7882> – acesso em 26 out. 2020].
- SOUZA, Denaldo Alchorne de. A “Primavera” do futebol feminino (1940-1941) (2ª e última parte). *Ludopédio*, 129(38), São Paulo, 2020 [<https://ludopedio.org.br/arquibancada/a-primavera-do-futebol-feminino-1940-19412a-e-ultima-parte/> – acesso em 22 maio 2024].
- STAUDT, Jéferson Luis; MAGALHÃES, Magna Lima. “Naturalmente” feias, subalternas e masculinas: representações da mulher negra na revista *Educação Physica* (1939-1944). *MÉTIS: História & Cultura*, 17(33), jan./jun. 2018, pp.227-247 [<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/6691> – acesso em 10 nov. 2021].
- VIEIRA, Talita M.; RODRIGUES, Joyce C. Fora de jogo? *Revista Espaço Acadêmico* (20), pp.112-122, 2021 [<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/57145> – acesso em 22 maio 2024].